

José Carlos de Oliveira Casulo  
Universidade do Minho, Braga

*Educação estética na Renascença Portuguesa:  
realizações e ideário*

*Introdução*

Promoveu o movimento da Renascença Portuguesa uma educação estética? A nossa intenção, neste estudo, é tentar responder a esta pergunta tendo em conta três aspetos: a intenção educativa genésica da Renascença, as realizações artísticas por ela levadas a cabo e as ideias sobre educação estética por ela perfilhadas.

A exploração da temática da intenção educativa dos renascentes justifica-se na medida em que, da consideração do quadro mais amplo das motivações pedagógicas do movimento, poderá resultar a compreensão da origem e sentido do seu rumo educativo-estético. Teremos, assim, de explorar textos documentadores das origens da Sociedade que evidenciem a intenção educativa que esteve presente não só nos seus primeiros passos, como na sua própria conceção.

Mas, tendo sido a Renascença um movimento de ação, não poderíamos deixar de investigar quais as atividades por ela levadas a bom termo, no sentido de promover uma educação pela arte. Aqui, porém, impõe-se uma opção sobre que fontes consultar e que período abranger, sob pena de se ultrapassar a extensão proposta para o presente texto. O ideal seria que, no decurso temporal fixado pela duração de *A Águia* enquanto órgão oficial da Renascença Portuguesa, cuja publicação, portanto, acompanhou a vida da Sociedade, naquele decurso temporal, dizíamos, que vai desde janeiro de 1912 até vinte anos depois (junho de 1932), se pesquisassem as notícias fornecidas sobre as realizações da Renascença, quer nos jornais da época, *maxime* nos do Porto, quer em notas de redação da própria *A Águia*, quer, ainda, no quinzenário *A Vida Portuguesa*, dado a lume entre outubro de 1912 e novembro de 1915, ele também

pertença do movimento e que, por isto mesmo, se constitui numa fonte de informação privilegiada. Uma tal pesquisa torna-se impossível no presente contexto, pelo que nos focaremos nas primeiras realizações de índole artístico-educativa levadas a cabo pelos renascentes, as quais apresentaremos seguindo *A Vida Portuguesa* e o estudo de Paulo Samuel sobre o perfil documental da Renascença Portuguesa.

Inclinaremos o nosso olhar, por fim, para a pedagogia estética do movimento, para o seu pensamento sobre educação estética. As obras dos renascentes, editadas ou não pela Sociedade, poderiam ser fontes a ter em conta, mas seria de todo em todo impraticável considerá-las nesta circunstância. Primeiro, porque o seu número foi de tal ordem que exigiria, só por si, um prolongado trabalho de recolha. Depois, porque a este se seguiria um avultado trabalho de crítica visando distinguir entre o que se podia considerar pensamento compatível com os ideais da Renascença e outro de diferente direção. Assim, já que *A Vida Portuguesa* nada de importante nos transmite sobre o assunto, entendemos debruçar-nos apenas sobre *A Águia*, por ser uma fonte que incontestavelmente exprime o pensamento da Renascença Portuguesa.

222

Em suma: investigaremos o propósito educativo presente na fundação da Renascença Portuguesa, daremos conta das realizações artísticas do movimento noticiadas em *A Vida Portuguesa* e referidas por Paulo Samuel, analisaremos, por fim, o ideário sobre educação estética respirável em *A Águia*.

### 1. *A intenção educativa genésica da Renascença Portuguesa*

A questão da educação estética na Renascença Portuguesa situa-se no âmbito mais vasto da sua intenção educativa genésica. A Renascença Portuguesa foi, realmente, concebida e edificada como um movimento de ação e cultura com um fim educativo. Jaime Cortesão, progenitor da ideia de um renascimento português protagonizado por homens da cultura e tendo em vista uma ação que acompanhasse, no plano da intervenção social, o renascimento político que a República prometia, assim escrevia em carta de 26 de julho de 1911 a Raul Proença:

... vou entregar nas suas mãos a ideia em bruto como um diamante que é necessário lapidar. Lembre-se: falei-lhe da necessidade de fundar uma Associação dos artistas e dos intelectuais portugueses com o fim principal de exercer a sua ação, isenta de faciosismos políticos dentro da atual sociedade. Ação social orientadora e educativa num meio como o nosso, onde não há grandes ideias, nem grandes homens que se imponham...<sup>1</sup>

Tratava-se de uma intencionalidade *orientadora e educativa* de feição demopédica, como viria a ser assumido na reunião que, em Coimbra, no Choupal, um mês depois (em 27 de agosto), congregou Jaime Cortesão, Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Álvaro Pinto, Augusto Casimiro e Augusto Martins. Mais de meio século volvido, o próprio Cortesão testemunhou isso mesmo:

A 27 de agosto de 1911, (...) em Coimbra, no Choupal (...) se lançaram as bases da nova organização que se propunha dois fins essenciais: restituir Portugal à consciência dos seus valores espirituais próprios; e promover em todo o país, por meio duma revista que fosse o órgão do movimento, de edições de livros, Universidades Populares, conferências, exposições e concertos, uma profunda ação cultural, juto de todas as camadas sociais.<sup>2</sup>

223

Esta reunião saiu, também, a decisão de se redigir um manifesto que apresentasse a Renascença Portuguesa, tarefa esta de que foi incumbido Teixeira de Pascoaes e que o poeta-filósofo levou a bom termo, não sem ter deparado com o inesperado contratempo de não ter agradado aos intelectuais do sul do país que se vieram a juntar ao movimento – Raul Proença, António Sérgio, Câmara Reis, Joaquim Manso, Mário Beirão, Veiga Simões, Gastão Correia Mendes e Albino Forjaz Sampaio – e em nome dos quais Proença acabaria por redigir um novo manifesto, sendo que, de momento, não nos interessa realçar esta polémica, mas tão-só

1 Cfr. "Carta de Jaime Cortesão a Raul Proença (26/VII/1911)", em Baptista, Jacinto (coord. de), *Jaime Cortesão/Raul Proença. Catálogo da exposição comemorativa do primeiro centenário (1884-1984)*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1985, p. 277. Tal como aqui o fizemos, atualizaremos a grafia original das citações e dos títulos dos textos que vierem a ser referidos.

2 Cfr. Cortesão, Jaime, "No 40.º aniversário da fundação da renascença portuguesa", em *Portucale*, s. III, vol. I, 1962 (suplemento), p. 3.

sublinhar que a intenção educativa da Sociedade foi assumida em ambos os textos, como se passa a demonstrar.

O vate de Amarante, no primeiro dos manifestos anteriormente mencionado, deixou bem claro que a Renascença pretendia "... dar ao povo uma educação lusitana e não estrangeira..."<sup>3</sup>, assim revelando o fim desta educação, o qual, aliás, não deixou de evidenciar explicitamente: "... a ideia que inspira a Renascença Lusitana (...) é reintegrar a alma da nossa nação na sua pureza essencial..."<sup>4</sup>. Para cumprir tal fim, a Renascença Portuguesa utilizaria os meios adequados, a saber, entre outros, "... conferências, livros e (...) [uma] revista (...) que se intitulará *A Águia* e será o órgão da sociedade..."<sup>5</sup>.

Raul Proença, no seu manifesto, diagnosticava nos portugueses uma enfermidade que a todos atingia e que tinha causa na influência educativa dos jesuítas, influência esta que, ao tempo em que escrevia, ainda perdurava: "... depois de três séculos de educação jesuítica (...) [a] nossa educação moderna, mesmo a atual (...) não tem feito mais que prolongar por impulso adquirido o movimento da Contrarreforma..."<sup>6</sup>. Era necessário, portanto, para contrariar este *status quo*, que não se adotasse a finalidade que Pascoaes pretendia para a Renascença, mas, isso sim, sem todavia descurar as características da nossa circunstância nacional, colocar "... a sociedade portuguesa em contacto com o mundo moderno (...), dar-lhe o espírito atual, a cultura atual..."<sup>7</sup>. Quanto aos meios educativos, Proença entrou em maior detalhe do que Pascoaes: "A escola, o livro, a revista, o panfleto, o manifesto, a conferência, a exposição, o inquérito, a viagem de informação de estudo..."<sup>8</sup>.

Um último documento, nas duas versões em que foi redigido, demonstra a intenção educativa inata da Renascença Portuguesa. Referimo-nos aos Estatutos do movimento, os quais, logo na sua forma inicial, no artigo 2.º, dispunham que a "A Sociedade tem por fim promover a maior

3 Cfr. Pascoaes, Teixeira de, "Ao povo português - a Renascença Lusitana", em *A Vida Portuguesa*, n.º 22, 10 de fevereiro de 1914, p. 11.

4 *Ibidem*.

5 *Ib.*

6 Cfr. Proença, Raul, "Ao povo - a Renascença Portuguesa", em *ibidem*, p. 12. Esta ideia era também perfilhada por Jaime Cortesão (vd. Cortesão, Jaime, "Da «Renascença Portuguesa» e seus intuitos", em *A Águia*, s. II, n.º 10, outubro de 1912, p. 118).

7 Cfr. Proença, Raul, *op. cit.*, p. 12.

8 *Ibidem*.

cultura do povo português, por meio da conferência, do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, etc.<sup>9</sup> E a segunda versão, no seu artigo 3.º, era mais clara: “O objeto da Associação é, além do estreitamento das relações de solidariedade dos seus associados, o desenvolvimento educativo de todos os cidadãos portugueses, por meio da lição, da conferência, do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, da Universidade Popular, da excursão, da exposição, etc.”<sup>10</sup>

A estética foi, entre outras (política, económica, científica...), uma das dimensões que a Renascença Portuguesa teve em conta no seu esforço de promover o *desenvolvimento educativo de todos os cidadãos portugueses*, ou a *maior cultura do povo português*; o que se pretendia era aumentar o nível cultural dos portugueses, também através de uma educação pela arte.

Passagens de três artigos de *A Águia* salientam isto mesmo. Assim Eurico de Seabra, que, discorrendo elogiosamente sobre o escultor Júlio Vaz, atacava os críticos de arte portugueses, ou melhor, aqueles que assim se consideravam, por não mais fazerem do que “... [louvar e admirar] o que o estrangeiro louvou e consagrou...”<sup>11</sup>, o que era, em sua opinião, uma lacuna a juntar àquelas duas, mais primordiais, da pobreza cultural geral dos portugueses e da ausência de uma educação para a emotividade estética. Ouçamo-lo: “... neste apertado meio (...) tudo falha, a principiar pela cultura geral, o ambiente de educação estética indispensável à eclosão de todo o sentimento de beleza...”<sup>12</sup> Assim, também, João Augusto Ribeiro, ao sublinhar que “... a obra de arte só perdura e se justifica (...) quando é (...) o fruto duma mentalidade culta...”<sup>13</sup> Assim, ainda, o incontornável Leonardo Coimbra, quando, depois de recordar que “... o problema da educação é (...) o problema da transmissão da cultura...”<sup>14</sup>, defendeu o “... imenso papel educativo das literaturas...”<sup>15</sup>

Vejamos, então, as realizações de educação artística e as ideias sobre educação estética da Renascença Portuguesa.

9 Cfr. s/a, “[Primeiros] Estatutos da Renascença Portuguesa”, em *A Águia*, s. II, 1912, n.º 1 (extratexto).

10 Cfr. s/a, “[Segundos] Estatutos da Renascença Portuguesa”, em *ibidem*, n.º 2 (extratexto).

11 Cfr. Seabra, Eurico de, “Sociedade Nacional de Belas-Artes – a obra de Júlio Vaz”, em *A Águia*, s. II, n.º 31, julho de 1914, p. 17.

12 *Ibidem*.

13 Cfr. Ribeiro, João Augusto, “Arte consciente”, em *A Águia*, s. I, n.º 4, 15 de janeiro de 1911, p. 18.

14 Cfr. Coimbra, Leonardo, “Sobre educação – I”, em *ibidem*, n.º 1, 1 de dezembro de 1910, p. 3.

15 *Ibidem*.

## 2. Realizações de educação artística

### 2.1. Organização de eventos artístico-culturais<sup>16</sup>

Três eventos musicais e um literário constituem o conjunto dos eventos artístico-culturais organizados pela Renascença, no Porto, em 1912 e 1913.

A sessão literária consistiu na parte literária de uma homenagem mais vasta a Luís de Camões promovida, em 10 de junho de 1912, pela Associação de Estudantes [do Porto?], na qual, apesar de nada especificamente nos ser dito, os renascentes, de algum modo, terão intervindo, já que apresentam como uma entre outras realizações levadas a cabo pela Sociedade.

A primeira das três sessões musicais foi a apresentação da Canção Portuguesa e do Orfeão Académico da cidade invicta. Esta apresentação foi feita por Jaime Cortesão e realizou-se no Teatro Sá da Bandeira, no primeiro dia de junho de 1912.

226 Os outros dois acontecimentos musicais foram os dois concertos para os sócios do movimento, ocorridos em 15 de dezembro de 1912 e em 28 de janeiro de 1913. No primeiro teve lugar uma audição de obras de Miguel Ângelo e de Américo Ângelo. No segundo atuaram os pianistas Raimundo de Macedo e José Cassagne.

### 2.2. Edições

A atividade da Renascença Portuguesa passou, também, pela edição de livros de conteúdos vários, sendo, em nosso entendimento, mais representativas da preocupação educativa geral do movimento as coleções, ou bibliotecas temáticas, em número de cinco: Biblioteca Lusitana, Biblioteca Infantil e Popular, Biblioteca de Educação, Biblioteca Histórica e Biblioteca Jurídica. Em duas destas bibliotecas, ou melhor, numa delas – a Biblioteca Lusitana, dirigida por Alfredo Coelho Magalhães e Jaime Cortesão – e em parte de uma outra – a segunda parte da Biblioteca Infantil e Popular, dirigida por José Teixeira Rego –, podemos descor-

<sup>16</sup> A informação sobre estas realizações pode ser confirmada na coluna "A obra da Renascença Portuguesa", dos seguintes números de *A Vida Portuguesa*: n.º 1 (31/X/1912), p. 8; n.º 5 (31/XII/1912), p. 36, e n.º 8 (18/III/1913), p. 60.

tinar a concretização de um propósito educativo do foro estético, de acordo com as palavras do próprio Teixeira Rego:

Esta biblioteca [Infantil e Popular] dividir-se-á em duas grandes séries: uma para crianças, a outra para adolescentes e para o povo (...). A segunda série [para adolescentes e para o povo] subdividir-se-á em duas secções (...). A primeira secção compreenderá a tradução das mais belas obras de todas as literaturas, antigas e modernas, com exceção das de literatura portuguesa, visto como a Biblioteca Lusitana, a publicar por «A Renascença Portuguesa», se dedicará exclusivamente a vulgarizar os nossos clássicos.<sup>17</sup>

No tocante à Biblioteca Lusitana, Paulo Samuel dá como tendo vindo a lume, entre 1914 e 1923, as seguintes nove obras: *Cancioneiro Popular*, com estudo de Jaime Cortesão (1914); *Tristão o Enamorado – Quadros de conjunto do Romancelheiro Português*, coordenado e prefaciado por Teófilo Braga (1914); *Crónica de el-rei D. Duarte*, de Rui de Pina, com estudo de Alfredo Coelho de Magalhães (1914); *Obras de Cristóvão Falcão*, com estudo de Teófilo Braga (1915); a comédia *Anfitrião ou Júpiter [e Alcmena]*, de António José da Silva, o Judeu (1916); *Autos de Gil Vicente*, organizados e prefaciados por Afonso Lopes Vieira (1916); *Os Amores de Camões*, sob a coordenação de Teófilo Braga (1917); *Carta de guia de casados*, de D. Francisco Manuel de Melo, com prefácio de Edgar Prestage (1923); *Pão partido em pequeninos*, do padre Manuel Bernardes, com prefácio e notas de Augusto Pires de Lima<sup>18</sup>.

Mas o projeto de edições para a Biblioteca Lusitana talvez fosse mais amplo, a julgar pela informação contida no n.º 29 de *A Vida Portuguesa*<sup>19</sup>. Nesta lista previa-se a edição de uma *História da Literatura Nacional*, da autoria dos diretores da Biblioteca, Alfredo Magalhães e Jaime Cortesão. O primeiro seria responsável pelo estudo da literatura portuguesa desde o seu início e até ao fim do século XVI, o segundo encarregar-se-ia do período posterior. Mas previa-se, também, "... a publicação de documentos inéditos, que tenham interesse sob o ponto de vista histórico ou literá-

17 Cfr. Rego, José Teixeira, "Renascença Portuguesa – Biblioteca Infantil e Popular", em *A Vida Portuguesa*, n.º 26, junho de 1914, p. 44 (*passim*).

18 Cfr. Samuel, Paulo, *A Renascença Portuguesa: um perfil documental*, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1990, p. 85.

19 Cfr. s/a, "Biblioteca Lusitana", em *A Vida Portuguesa*, n.º 29, setembro de 1914, p. 69 (*passim*).

rio...”<sup>20</sup>. Previa-se, ainda, a edição de obras específicas e de antologias/seleções/excertos de textos de diversos autores, como passamos a dar conta.

Quanto às obras específicas previstas para edição, começavam por várias *Crônicas*: a anónima *Crônica do Condestável*; a *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes, e a complementar *Crônica* (da conquista de Ceuta, falecimento e trasladação) do mesmo monarca da autoria de Gomes Eanes de Zurara; a *Crônica de D. Afonso V*, de Vergílio Correia. Seguiam-se Bernardim Ribeiro, com a *Menina e Moça* e a obra poética; *Os Lusíadas* e a obra lírica e dramática de Camões; a *Castro*, de António Ferreira; as *Éclogas* e a *Corte na Aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo; *A Vida de S. Frei Bartolomeu dos Mártires* e *A Vida de S. Frei Gil*, de Frei Luís de Sousa. No concernente às antologias/seleções/excertos de textos, visavam-se a poesia trovadoresca, Sá de Miranda, Diogo Bernardes, João de Barros, Diogo do Couto, os padres António Vieira e Manuel Bernardes, o Cavaleiro de Oliveira, Domingos Reis Quita e Bocage.

Anunciava-se, por fim, uma segunda série da Biblioteca Lusitana, “... constituída por obras completas ou excertos de escritores do século XIX, entre outros Herculano, Garrett, Antero, Guilherme Braga, Latino Coelho, etc.”<sup>21</sup>

228

Como atrás se viu, com a Biblioteca Infantil e Popular, mais precisamente com esta segunda parte (Biblioteca Popular), queria a Renascença divulgar as grandes obras literárias de todos os tempos, com exceção das portuguesas, por a estas ser dedicada a Biblioteca Lusitana. Paulo Samuel dá a indicação de terem sido editados apenas dois títulos, ambos em 1916, a saber, uma *Pequena Antologia Clássica*, organizada por Teixeira Rego, e o *Júlio César* de Shakespeare<sup>22</sup>. Contudo, o projeto editorial era mais vasto e incluía obras de, respeitando a ordem de listagem feita no original, Sófocles, Shakespeare (o *Macbeth*), Virgílio, Schiller, Lessing, Byron, Dante, Goethe, Homero, Molière, Tennyson, Shelley, Wagner, Grillparzer, Björnson, Ibsen, Lope de Vega, Diderot, Benjamin Constant, Erasmo, Lucrecio, Aristófanes, Ésquilo e Eurípedes<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> *Ib.*

<sup>22</sup> Cfr. Samuel, Paulo, *ibidem*. As três primeiras obras de que, nesta passagem, o autor nos dá conta de terem sido editadas no âmbito da Biblioteca Infantil e Popular referem-se à parte da Biblioteca Infantil, pelo que aqui não as consideramos.

<sup>23</sup> Cfr. *s/a*, “Biblioteca Infantil e Popular”, em *A Vida Portuguesa*, n.º 28, agosto de 1914, p. 64 (*passim*).

### 2.3. Cursos e lições públicas na Universidade Popular do Porto

#### 2.3.1. Cursos Especiais de Música e de Literatura

No campo das atividades educativas realizadas na Universidade Popular do Porto, a música e a literatura, esta com mais preponderância do que aquela, foram as artes de eleição da Renascença Portuguesa.

No plano musical, há a referir o Curso Especial sobre Rudimentos de Música, iniciado em 8 de Fevereiro de 1913<sup>24</sup>. Lecionava-o Américo Ângelo, aos sábados, entre as oito e as nove horas da noite. Como se lhe aplicava o regime geral dos Cursos Especiais da Universidade Popular do Porto, sabemos que terá tido uma duração entre os três e os quatro meses e que não podia ser frequentado por mais de doze alunos, os quais não poderiam faltar a mais de três sessões consecutivas<sup>25</sup>.

No plano literário, Alfredo Coelho de Magalhães viria a proferir um conjunto de sete lições públicas sobre História da Literatura Portuguesa, as quais começaram em 30 de novembro de 1912<sup>26</sup> e continuaram nos dias 4, 7, 11, 14, 18 e 21 do mês seguinte<sup>27</sup>. O mesmo Alfredo Magalhães, em 11, 14 e 18 de fevereiro de 1914, responsabilizou-se pelas lições públicas sobre A Vida e a Obra de Gil Vicente<sup>28</sup>.

Jaime Cortesão, por sua vez, ministrou as lições pública sobre A Vida e a Obra de Camilo Castelo Branco, em 1, 5 e 8 de novembro de 1913<sup>29</sup>.

Em datas incertas do mesmo ano de 1913, sob a responsabilidade de Narciso de Azevedo, lecionou-se, ou, pelo menos, programou-se a lecionação de um Curso Especial de Português e Literatura Portuguesa,

24 Cfr. s/a, "A obra da Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 8, 18 de fevereiro de 1912, pp. 60-61.

25 Cfr. s/a, "Cursos Especiais da Universidade Popular do Porto", em *ibidem*, p. 64 (*passim*).

26 Cfr. s/a, "A obra da Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 3, 30 de novembro de 1912, p. 20.

27 *Ibidem*, n.º 5, 31 de dezembro de 1912, p. 40. Os sumários destas lições foram publicados nesta mesma p. 40 do n.º 5 de *A Vida Portuguesa* e na p. 48 do seu n.º 6, datado de 16 de janeiro de 1913. Vd., também, Samuel, Paulo, *op. cit.*, pp. 70-72.

28 Cfr. s/a, "A obra da Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 23, 1 de março de 1914, pp. 21 e 23. Vd. Samuel, Paulo, *op. cit.*, p. 81.

29 Cfr. s/a, "A obra da Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 20, 1 de dezembro de 1913, p. 162. Vd., ainda, Samuel, Paulo, *op. cit.*, pp. 78-79.

com três horas semanais, concretamente, entre as oito e as nove horas da noite de segunda, quarta e sexta<sup>30</sup>.

Ainda em 1913, mas desta feita na sede da Sociedade, então sita à Rua Sá da Bandeira, n.º 369, 2.º, com abertura em 10 de abril, realizou-se um Curso Especial de História da Literatura Portuguesa, ministrado por Alfredo Coelho de Magalhães<sup>31</sup>.

### 3. Ideário sobre educação estética em *A Águia*

#### 3.1. Educação estética nos ensinamentos primário e liceal

Em *O espírito lusitano ou o saudosismo* (1912), a primeira conferência de doutrinação saudosista, a que se seguiram *O génio português na sua expressão filosófica, poética e religiosa* (1913) e *A era lusíada* (1914), Teixeira de Pascoaes advogara uma reforma do ensino primário que tivesse por objetivo inculcar nos portugueses, logo desde tenra idade, o conhecimento do espírito lusitano. Jaime Cortesão, nas páginas de *A Águia*, nesse mesmo ano de 1912, invocando esta ideia pascoalina e pretendendo sugerir caminhos para evitar juízos errados sobre a dependência espiritual portuguesa da cultura francesa, veio defender "... uma nova orientação no ensino da História pátria, sob os seus diferentes aspetos, e tanto na escola primária como na secundária..."<sup>32</sup>

No tocante à educação estética no ensino primário, pretendia Cortesão que, neste nível didático, o ensino da História fosse feito "... duma forma viva e artística e semeado de rápidas biografias das individualidades mais representativas do Espírito da Raça..."<sup>33</sup> e tivesse auxílio num compêndio adequado, que não descurasse "... dar aos alunos rápidas noções de instituições e costumes, trechos literários, reproduções de obras de Arte, que melhor sirvam a educá-los no espírito da Raça e que estejam (...) dentro da esfera da compreensão infantil..."<sup>34</sup>

30 Cfr. s/a, "Cursos Especiais da Universidade Popular do Porto", em *ibidem*, p. 64 (*passim*).

31 Cfr. s/a, "A obra da Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 12, 17 de abril de 1913, pp. 60-94.

32 Cfr., Cortesão, Jaime, "A Renascença Portuguesa e o ensino da História Pátria", em *A Águia*, s. II, n.º 9, setembro de 1912, p. 75.

33 *Ibidem*, p. 76.

34 *Ib.*

Quanto à educação estética por meio do ensino de História ao nível liceal, tendo em conta o maior desenvolvimento e preparação intelectual dos estudantes, a proposta do nosso autor era a de que se redigisse um manual de História da Arte em Portugal, "... abrangendo a arquitetura, a pintura e a escultura..."<sup>35</sup>, obra esta que "...convenientemente documentada com boas ilustrações seria um poderoso elemento de educação..."<sup>36</sup>

A defesa da educação estética no espaço curricular liceal dedicado à língua portuguesa coube a Alfredo Coelho de Magalhães, que, partindo do princípio de que o sentido da vida está no "... anseio de perfeição (...) [que] apenas a arte (...) pode dar, porque só ela tem o poder de fazer amar a beleza..."<sup>37</sup>, formulou o desejo de que "... o ensino literário nas escolas revestisse, principalmente, o duplo aspeto moral e estético, criando em quem o recebe um profundo sentimento de beleza que, pela vida fora, frutifique em desejo de perfeição..."<sup>38</sup>

Assim, Alfredo Magalhães chamou a atenção para as qualidades necessárias ao professor de literatura: não apenas o domínio do seu saber, mas o amor à sua atividade, um entusiasmo que passasse para os alunos e uma capacidade de os educar "... em face da obra que estuda, [para] o sentimento do que ela revela de grande e de belo..."<sup>39</sup> E, pensando numa educação estética que não deixasse de incorporar "... o sentimento de pátria, (...) o sentimento de nacionalidade..."<sup>40</sup> apontou *Os Lusíadas*, os autos vicentinos e os opúsculos de Alexandre Herculano como obras da literatura nacional com potencialidades para cumprir este desiderato, sublinhando, porém, a importância de Gil Vicente, por os seus textos serem um hino de amor a Portugal, ao Portugal que ele, Gil Vicente, concebia como "... fonte originária de toda a verdade e de toda a beleza, porque nele nasceu o próprio Deus..."<sup>41</sup>

Por fim, refira-se Leonardo Coimbra, por ter entendido que também à disciplina filosófica liceal cabia promover a educação estética. Com

35 *Ib.*, p. 78.

36 *Ib.*

37 Cfr. Magalhães, Alfredo Coelho de, "Tentativas Pedagógicas I – o sentido da *Écloga Crisfal*", em *A Águia*, s. II, n.º 61, Janeiro-Março de 1917, p. 27.

38 *Ibidem*. Seis parágrafos adiante, o autor esclarece que está a pensar no ensino secundário.

39 *Ib.*, pp. 27-28.

40 *Idem*, "Tentativas Pedagógicas II – a obra vicentina no ensino secundário", em *ibidem*, s. II, n.º 67-68, Julho-Agosto de 1917, p. 13.

41 *Ibidem*, p. 14.

efeito, o Tribuna ofereceu aos leitores de *A Águia* o esboço de um programa de filosofia liceal, no qual, em dois momentos diferentes, introduziu matéria relativa ao assunto que aqui exploramos. Leonardo distinguiu duas grandes partes no esboço programático em causa, de acordo com os dois anos académicos (6.º e 7.º anos dos liceus) de leção de Filosofia. Ao 6.º ano, para além de um tópico introdutório sobre o significado e valor da Filosofia, era consignado o estudo da atividade humana em três categorias de atividades, divisíveis, depois, em si mesmas: atividade científica, atividade estética e atividade moral. Quanto ao 7.º ano, pretendia o Filósofo que este fosse consagrado, inicialmente, ao estudo de três problemas filosóficos – conhecimento, metafísica e moral –, dedicando-se as demais aulas à História da Filosofia e à leitura, entre outros textos que não especificou, do último capítulo de *A ideia de Deus*, de Sampaio Bruno.

232

Nesta proposta de programa, quer na matéria do 6.º ano, quer na do 7.º ano, Leonardo reservou lugar a matérias enquadráveis no âmbito da educação estética. Para o 6.º ano propôs uma secção didática toda ela dedicada à atividade estética, na qual se abordariam nove tópicos, a saber: a criação artística, a evolução da arte, a literatura, a relação arte/psicologia/história, a relação entre arte e moral, a relação entre arte e sociedade, sendo as três finais “A arte e o poder de expressão. O amor da paisagem. O belo e o sublime.”<sup>42</sup>. Na íntegra, era este o teor da secção do programa a dedicar à atividade estética:

*A atividade estética:* A criação artística – a influência do meio, a imitação, a originalidade criadora. A evolução das artes: a descoberta progressiva do homem. A literatura: a lenda, a epopeia, o drama e o lirismo. O romance. Realismo e idealismo e a sua síntese. A arte como documentação da alma humana, sua contribuição para a história. A arte como experiência moral, viva, concreta e criadora: a piedade humana. A arte como expansão da sociabilidade: a sociedade universal e a emoção artística e sentimental da grande unidade social do todo. A arte e o poder de expressão. O amor da paisagem. O belo e o sublime.<sup>43</sup>

42. Cfr. Coimbra, Leonardo, “Esboço dum programa de Filosofia para os liceus”, em *A Águia*, s. II, n.º 75-76, março-abril de 1918, p. 117.

43. *Ibidem*.

Na parte do programa que tinha em vista o 7.º ano liceal, surgia, também, a questão estética, agora neste simples parágrafo pertencente ao capítulo sobre o problema do conhecimento: “O Simbolismo na ciência e na arte como consequência da sua expressão conceptual.”<sup>44</sup>

### 3.2. Educação estética na enciclopédia do saber leonardina

Já alguns anos antes, todavia, também em *A Águia*, Leonardo Coimbra tinha evidenciado interesse pela questão da educação estética, ou, talvez melhor, o interesse pelo problema do ensino da teorização estética. Fê-lo em 1912, no artigo “A Universidade Popular do Porto”, no qual apresentou o seu projeto de programa letivo a implementar na Universidade Popular do Porto, projeto programático este que designou por enciclopédia do saber e cuja conceção assim elucidou:

O (...) programa [da Universidade Popular do Porto] consistirá numa enciclopédia do saber humano, entendendo pela palavra saber não o ato passivo de recolher muito material de conhecimento, mas o *exercício* da *atividade* de formular e construir juízos.

233

(...) E em relação a essa atividade a palavra *saber* tem um significado que não se limita ao saber científico, mas abrange o saber estético e moral e o mais elaborado saber da reflexão filosófica...<sup>45</sup>

Esta visão, como o nosso autor, aliás, logo de seguida o explicou, assentava no princípio de que a aquisição do saber era o produto de um processo dialético entre razão científica e razão filosófica que desembocava na ação, um processo dialético que “... tende para o ato, integrando-se no sistema da Razão prática ou categorias da conduta...”<sup>46</sup>. E era a meio caminho entre o saber teorizado e o saber tornado ato que, na perspetiva leonardina, se encontrava a atividade estética – “... antes que [o saber teorizado] tente a ação complexa de adaptação ao meio social, *experimenta-se, realizando-se* nas condições simplificadas do ideal *estético*...”<sup>47</sup> Compreende-se, deste modo, que, para Leonardo Coimbra, a atividade estética não se situe pro-

44 *Ib.*, p. 118.

45 *Idem*, “A Universidade Popular do Porto”, em *ibidem*, n.º 5, novembro de 1912, p. 166.

46 *Ibidem*.

47 *Ib.*

priamente no mundo da racionalidade teórica (científica e filosófica), nem tão-pouco no da atividade prática consumada. Nem totalmente na abstração, nem totalmente na concretização, a atividade estética comunga das duas dimensões. Ouçamos Leonardo: “Sentir esteticamente é classificar, iluminar, intelectualizar as sensações gerais ou cenestésicas e as sensações específicas ou dos órgãos dos sentidos...”<sup>48</sup>

Assim, no seu plano de enciclopédia de saber, o Criacionista incluiu um capítulo dedicado à atividade estética no qual se deveriam tratar as letras e as belas-artes em dois momentos distintos: um primeiro momento para a sua perspetivação histórica e um segundo momento para as valorizar e criticar, sendo ainda que, no capítulo deste plano (o último) dedicado à atividade laboral, o qual o autor entendia ser o ponto de convergência das demais atividades humanas previamente tratadas (científica, estética, moral e religiosa), no último capítulo, dizíamos, era proposto que também se estudasse o valor estético do trabalho<sup>49</sup>.

234

Para este ensino estético-educativo, ou para a educação estética através deste ensino, como, aliás, para o ensino de todas as outras temáticas integrantes desta enciclopédia do saber, Leonardo sugeria três tipos de aulas: 1) aulas fundamentais, a lecionar nas instalações da Universidade Popular do Porto; aulas de desenvolvimento, que, precisamente, desenvolveriam o ensino de um particular tema ou autor já apresentado nas aulas fundamentais; aulas de aplicação da aprendizagem realizada nas aulas fundamentais e de desenvolvimento.

### 3.3. *Educação estética nas escolas oficiais de Belas-Artes e no Conservatório de Lisboa*

N’A *Águia* não deixou de se dar atenção a essa forma mais imediata e visível da educação estética que é o ensino artístico. Através do pintor o professor João Augusto Ribeiro, já atrás mencionado, e do compositor e pianista José Viana da Mota, as páginas da revista dos renascentes fizeram eco desta concreta preocupação.

No pequeno artigo “O ensino oficial das Belas-Artes”, João Augusto Ribeiro, sem pretender negar a génese psíquica da arte, entendia, con-

<sup>48</sup> *Ib.*

<sup>49</sup> *Ib.*, pp. 168-169.

tudo, que o artista tinha de lidar com materiais concretos, para utilização dos quais se impunha que os alunos aprendizes de arte fossem dotados de certas aptidões técnicas, só adquiríveis "... pela prática de muitos anos ou pela aprendizagem metódica numa escola que de futuro há de ser o que deve ser para que este importante *desideratum* se consuma..."<sup>50</sup>

E para a consumação deste desiderato, o primeiro passo da reforma a efetuar no ensino artístico seria a implementação de um processo seletivo a dois tempos. Seleção na admissão dos alunos, de modo a que apenas entrassem os que manifestavam aptidão para os estudos artísticos e, destarte, se diminuísse o seu número, o que permitia um melhor ensino. Posterior seleção tendo em vista a determinação da específica vocação artística de cada discente, para, assim, o encaminhar na aprendizagem da arte mais condizente com as suas faculdades. Conseguir-se-ia, desta forma, uma vantagem pedagógica no ensino artístico que João Augusto sintetizava com estas palavras: "A vocação provada não reclama a crítica diária do mestre (...); esta missão impertinente e viciosa constitui todavia, única e exclusivamente, a essência desta estranha pedagogia."<sup>51</sup>

Segundo passo na reforma do ensino artístico: a libertação da criatividade. Para o nosso autor, o ensino oficial das belas-artes afogava os alunos na passividade, por promover, "... em vez do triunfo das dificuldades para uma arte elevada, a derrota e a subalternização pessoal ao império do objetivo plástico..."<sup>52</sup> Isto, para João Augusto Ribeiro, não devia acontecer, pelo que o nosso autor apelava a um ensino que desenvolvesse a criatividade concedendo primazia "... à iniciativa própria [em detrimento da] subordinação mental..."<sup>53</sup>

Vina da Mota, em "O ensino musical em Portugal", congratulando-se com a anunciada intenção de uma reforma do ensino no Conservatório de Lisboa e de criação do Conservatório do Porto, prontamente manifestou o desejo de que este último não viesse a cair "... nos graves defeitos de organização..."<sup>54</sup> do primeiro, os quais apontou em número de quatro e para os quais apresentou soluções.

50 Cfr. Ribeiro, João Augusto, "O ensino oficial das Belas-Artes", em *A Águia*, s. II, n.º 2, fevereiro de 1912, p. 56.

51 *Ibidem*.

52 *Ib.*, pp. 56-57.

53 *Ib.*, p. 57.

54 Cfr. Mota, José Viana da, "O ensino musical em Portugal", em *A Águia*, s. II, n.º 69-70, setembro-outubro de 1917, p. 116.

O primeiro defeito do Conservatório de Lisboa residia na “... desproporção entre o número dos discípulos e o dos professores...”<sup>55</sup>, desproporção esta que chegava a ditar, nalguns casos, que um estudante só tivesse a atenção personalizada do professor durante uns cinco a dez minutos por mês. A solução, para Viana da Mota, passava por diminuir o número de alunos, de modo a que os que de entre estes se mostrassem “... incapazes não (...) [estivessem] ali a tomar tempo aos mais talentosos...”<sup>56</sup>

Como segundo defeito, o compositor apontava o sistema de exames públicos vigente, já no concernente ao seu exagerado número, já no respeitante à constituição dos respetivos júris. À multiplicação de exames públicos, devida ao facto de estes se realizarem em todos os anos académicos, o autor opunha que apenas o exame final do curso fosse público, bastando, para a aprovação em cada ano, “... um exame perante o diretor da escola ou mesmo só as notas do professor sobre o trabalho do discípulo no ano decorrido...”<sup>57</sup>, não sem dispensar cada aluno de uma audição pública, a qual, contudo, ao contrário do usual, não necessitava de ser publicitada “... nos jornais proclamando os meninos e as meninas uns artistas...”<sup>58</sup> Quanto aos júris daquele que passaria a ser o único exame público, isto é, o exame final de curso, queria Viana da Mota que fosse integralmente composto por professores externos ao Conservatório, inclusivamente estrangeiros, se necessário fosse.

O terceiro defeito encontrava-se nos programas para os ensinos vocal, de piano e de solfejo. O grande problema dos dois primeiros era, para o autor, o seu desfasamento da literatura musical e, especificamente no ensino vocal, a “... funesta preponderância da Ópera...”<sup>59</sup>, e funesta porque era uma “Triste prova da intelectualidade dos nossos cantores e amadores de música, que se extasiavam com fragmentos de óperas, revelando por isso que nem a parte mais valiosa da própria literatura dramática compreendem...”<sup>60</sup> Já no respeitante ao ensino de solfejo, Viana da Mota admirava-se – negativamente, claro – com a sua falta de sentido,

55 Ibidem.

56 Ib.

57 Ib.

58 Ib.

59 Ib., p. 117.

60 Ib.

por, nele, se pretender ensinar "... música sem que o aluno ouça o som da nota que nomeia..."<sup>61</sup>

O último defeito elencado pelo compositor era o de não existir, no Conservatório de Lisboa, qualquer preocupação com a promoção da cultura geral dos futuros músicos, defeito este que assentava na generalizada ignorância sobre "... a profunda relação que existe entre a música e as outras faces do nosso espírito..."<sup>62</sup> Para obviar a este problema, o pianista apontou dois caminhos, a saber, a criação de uma disciplina de Estética Geral, e geral precisamente para ir além da estética musical, e uma orientação da disciplina de História da Música que, por um lado, evidenciasse "... a sua relação com a história universal, tanto intelectual, como social e política..."<sup>63</sup>, e, por outro lado, fosse "... acompanhada da audição de trechos caraterísticos de cada época..."<sup>64</sup> A estas medidas ao nível do currículo, duas outras acrescentava Viana da Mota, sempre tendo em vista a promoção da cultura geral dos alunos, se bem que agora ao nível "... do exemplo e do estímulo..."<sup>65</sup>: em termos de exemplo, os professores do Conservatório deveriam dar "... audições regulares..."<sup>66</sup>; para o estímulo, deveria ser criado, em Lisboa, um orfeão que trouxesse à capital "... os mais notáveis artistas estrangeiros..."<sup>67</sup>, para que os estudantes desenvolvessem a sua formação no contacto com estas personalidades.

### Conclusão

À pergunta inicialmente colocada – “Promoveu o movimento da Renascença Portuguesa uma educação estética?” – a nossa resposta só pode ser positiva, pesem embora as limitações da investigação realizada.

A questão estética foi tratada logo desde o início, no âmbito da ação cultural do movimento, na reunião no Choupal de 27 de agosto de 1911. Nela pretendeu-se lançar as bases de uma ação cultural que incluía, entre

61 *Ib.*, p. 118.

62 *Ib.*

63 *Ib.*, p. 119.

64 *Ib.*

65 *Ib.*

66 *Ib.*

67 *Ib.*

outros aspetos, a realização dessa forma de educação pela arte que são os concertos. Nos manifestos da Renascença, apesar da diferença doutrinária entre Pascoaes e Proença, que marca desde o início o dilema da dicotomia estrutural da Renascença que viria a culminar na separação dos renascentes mais importantes do sul para fundarem a *Seara Nova*, nota-se uma mútua preocupação com a educação dos portugueses que teve entre as suas linhas de rumo a educação pela arte.

E a Sociedade, com efeito, levou para diante realizações tendo em vista esta educação pela arte, quer, quase sempre, do público em geral, quer, nalguns casos, dos seus sócios em particular, realizações que tiveram três direções fundamentais, a saber: organização de eventos artístico-culturais; edição de obras consagradas de autores clássicos ou consagrados, quer nacionais (Biblioteca Lusitana), quer outros (Biblioteca Infantil e Popular); ministração de cursos de música e, sobretudo, de literatura, na Universidade Popular do Porto e na sede do movimento.

238 Mas, para além de uma educação artística, a Renascença desenvolveu, também, uma pedagogia estética, a qual se exprimiu através do pensamento de Leonardo Coimbra, tanto no tocante à necessidade de os programas da disciplina filosófica liceal incluírem o estudo dos temas fundamentais da estética, tanto no facto da presença destes mesmos fundamentos no seu projeto pedagógico – a enciclopédia do saber – para a Universidade Popular do Porto. Uma pedagogia estética que assumiu, também, a forma de recomendações para o agir didático concreto, já em duas outras disciplinas liceais (história e português), já no ensino primário, já nas escolas oficiais de belas-artes e no Conservatório de Lisboa.

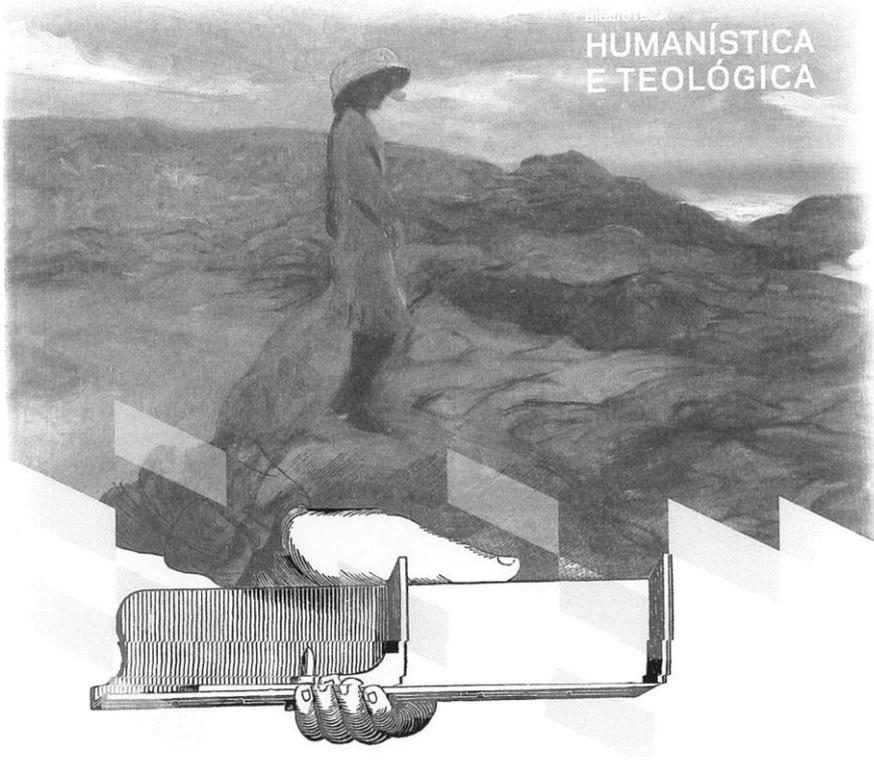
Podemos dizer, conseqüentemente e finalizando, que, tendo dado maior importância à literatura e à música, e àquela mais do que a esta, a Renascença Portuguesa não só teve uma ação estético-educativa, como produziu um feixe de ideias de índole pedagógico-didática sobre a educação artística.

### Bibliografia

- Baptista, Jacinto (coord. de), "Carta de Jaime Cortesão a Raul Proença (26/VIII/1911)", em, *Jaime Cortesão/Raul Proença. Catálogo da exposição comemorativa do primeiro centenário (1884-1984)*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1985.

- Carvalho, Maria de Fátima Pacheco, *A educação em A vida Portuguesa*, Braga, Universidade do Minho, 2007 [dissertação de Mestrado em Educação, área de especialização e História da Educação e da Pedagogia apresentada a Universidade do Minho e realizada sob a orientação de José Carlos Casulo].
- Casulo, José Carlos, *Filosofia da Educação em Teixeira de Pascoaes*, Universidade do Minho (IEP/CEEP), Braga, pp. 57-67.
- Cortesão, Jaime, "A Renascença Portuguesa e o ensino da História Pátria", em *A Águia*, s. II, n.º 9, setembro de 1912, pp. 73-78.
- Cortesão, Jaime, "Da «Renascença Portuguesa» e seus intuitos", em *A Águia*, s. II, n.º 10, outubro de 1912, pp. 118-124.
- Cortesão, Jaime, "No 40.º aniversário da fundação da renascença portuguesa", em *Portucale*, s. III, vol. I, 1962 (suplemento).
- Coimbra, Leonardo, "Sobre educação – I", em *A Águia*, s. I, n.º 1, 1 de dezembro de 1910, pp. 2-4.
- Coimbra, Leonardo, "Sobre educação – II", em *A Águia*, s. I, n.º 5, 1 de fevereiro de 1911, pp. 3-4.
- Coimbra, Leonardo, "A Universidade Popular do Porto", em *A Águia*, s. II, n.º 5, novembro de 1912, pp. 166-170.
- Coimbra, Leonardo, "Esboço dum programa de Filosofia para os liceus", em *A Águia*, s. II, n.º 75-76, março-abril de 1918, pp. 115-118.
- Magalhães, Alfredo Coelho de, "Tentativas Pedagógicas I – o sentido da Êcloga Crisfal", em *A Águia*, s. II, n.º 61, janeiro-março de 1917, pp. 27-34.
- Magalhães, Alfredo Coelho de, "Tentativas Pedagógicas II – a obra vicentina no ensino secundário", em *A Águia*, s. II, n.º 67-68, julho-agosto de 1917, pp. 5-16.
- Magalhães, Alfredo Coelho de, "Tentativas Pedagógicas III – a obra vicentina no ensino secundário (excertos de trabalhos escolares)", em *A Águia*, s. II, n.º 77-78, maio-junho de 1918, pp. 125-140.
- Mota, José Viana da, "O ensino musical em Portugal", em *A Águia*, s. II, n.º 69-70, setembro-outubro de 1917, pp. 114-120.
- Pascoaes, Teixeira de, "Ao povo português – a Renascença Lusitana", em *A Vida Portuguesa*, n.º 22, 10 de fevereiro de 1914, pp. 10-11.
- Proença, Raul, "Ao povo – a Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 22, 10 de fevereiro de 1914, pp. 11-12.
- Rego, José Teixeira, "Renascença Portuguesa – Biblioteca Infantil e Popular", em *A Vida Portuguesa*, n.º 26, junho de 1914, p. 44 (*passim*).
- Rego, José Teixeira, "Literatura infantil", em *A Águia*, s. III, n.º 28-30, outubro-dezembro de 1924, pp. 152-153.

- Ribeiro, João Augusto, "Arte consciente", em *A Águia*, s. I, n.º 4, 15 de janeiro de 1911, p. 18.
- Ribeiro, João Augusto, "O ensino oficial das Belas-Artes", em *A Águia*, s. II, n.º 2, fevereiro de 1912, pp. 56-57.
- S/a, "[Primeiros] Estatutos da Renascença Portuguesa", em *A Águia*, s. II, 1912, n.º 1 (extratexto).
- S/a, "[Segundos] Estatutos da Renascença Portuguesa", em *A Águia*, s. II, n.º 2 (extratexto).
- S/a, "Biblioteca Infantil e Popular", em *A Vida Portuguesa*, n.º 28, agosto de 1914, p. 64 (*passim*).
- S/a, "Biblioteca Lusitana", em *A Vida Portuguesa*, n.º 29, setembro de 1914, p. 69 (*passim*).
- S/a, "Cursos Especiais da Universidade Popular do Porto", em *A Vida Portuguesa*, n.º 8, 18 de fevereiro de 1912, p. 64 (*passim*).
- S/a, "Curso de História da Literatura Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 5, 31 de dezembro de 1912, p. 40.
- S/a, "Curso de História da Literatura Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 6, 16 de janeiro de 1913, p. 48.
- 240 S/a, "A obra da Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 1, 31 de outubro de 1912, p. 8.
- S/a, "A obra da Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 3, 30 de novembro de 1912, p. 20.
- S/a, "A obra da Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 5, 31 de dezembro de 1912, p. 36.
- S/a, "A obra da Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 8, 18 de fevereiro de 1912, pp. 60-61.
- S/a, "A obra da Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 12, 17 de abril de 1913, pp. 60-94.
- S/a, "A obra da Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 20, 1 de dezembro de 1913, pp. 162.
- S/a, "A obra da Renascença Portuguesa", em *A Vida Portuguesa*, n.º 23, 1 de março de 1914, pp. 21 e 23. Vd. Samuel, Paulo, *op. cit.*, p. 81.
- Samuel, Paulo, *A Renascença Portuguesa: um perfil documental*, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1990.
- Seabra, Eurico de, "Sociedade Nacional de Belas-Artes – a obra de Júlio Vaz", em *A Águia*, s. II, n.º 31, julho de 1914, pp. 17-18.



BIBLIOTECA  
HUMANÍSTICA  
E TEOLÓGICA

# ESTÉTICA DA RENASCENÇA PORTUGUESA

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA PORTO

Emb  
da U  
proje  
Rena  
de es  
Filos  
do Pr  
atrav  
const  
ideias  
não n  
seus

AUTORES

**António Braz Teixeira**  
**António Martins da Costa**  
**Diogo Alcoforado**  
**Duarte Drumond Braga**  
**Fernando Guimarães**  
**João Amadeu Oliveira Carvalho da Silva**  
**José Acácio Castro**  
**José Bettencourt da Câmara**  
**José Carlos de Oliveira Casulo**  
**Laura Castro**  
**Pedro Baptista**  
**Renato Epifânio**  
**Samuel Dimas**



**CLÉRIGOS**

Edição patrocinada  
instituída pela Irma



**CA**  
**FAC**

**BRAG**



*Titulo* · Estética da Renascença Portuguesa

© Universidade Católica Editora · Porto  
Rua de Diogo Botelho, 1327  
4169-005 Porto, Portugal · T. +351 226196200  
E. uce@porto.ucp.pt · www.uceditora.ucp.pt

*Coleção* · Biblioteca Humanística e Teológica  
*Coordenação gráfica da coleção* · Olinda Martins  
*Capa* · Olinda Martins  
*Imagem da capa* · MNAC - Museu do Chiado  
*Paginação e revisão do texto* · Mário Azevedo

*Data da edição* · outubro de 2018  
*Tiragem* · 200 exemplares  
*Execução gráfica* · Papelmunde  
*ISBN* · 978-989-8835-53-6  
*Depósito legal* · 448025/18

*Edição patrocinada pelo Fundo Ângelo Alves,  
instituída pela Irmandade dos Clérigos*

Apresentação	· 9 ·
<i>José Acácio Castro</i>	
O teatro da Renascença Portuguesa	· 13 ·
<i>António Braz Teixeira</i>	
A conceção estética no pensamento filosófico de Leonardo Coimbra	· 59 ·
<i>António Martins da Costa</i>	
A dimensão estética na Renascença Portuguesa: Algumas reflexões genéricas	· 99 ·
<i>Diogo Alcoforado</i>	
Do Saudosismo a Álvaro de Campos: Metamorfoses do tópico da Índia nova	· 117 ·
<i>Duarte Drummond Braga</i>	
A Estética e as Poéticas	· 139 ·
<i>Fernando Guimarães</i>	
Divergência da Renascença Portuguesa: Fernando Pessoa	· 145 ·
<i>João Amadeu Oliveira Carvalho da Silva</i>	
Estética, Religião e Simbolismo em Aarão de Lacerda	· 183 ·
<i>José Acácio Castro</i>	
Música e estética nos periódicos <i>A Águia</i> e <i>A Vida Portuguesa</i>	· 197 ·
<i>José Bettencourt da Câmara</i>	
Educação estética na Renascença Portuguesa: realizações e ideário	· 221 ·
<i>José Carlos de Oliveira Casulo</i>	
A criação plástica no movimento Renascença Portuguesa (1912-1932)	· 241 ·
<i>Laura Castro</i>	

